

DEFICIÊNCIA FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE DO PANORAMA E DA ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS

Rafaela Raulino Nogueira (1); Allan Batista Silva (2); Gabriela Raulino Nogueira (3); Kátia Suely Queiroz Silva Ribeiro (4)

1- Mestranda em Modelos de Decisão e Saúde pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: rafaelanogueirajp@hotmail.com; 2- Mestrando em Modelos de Decisão e Saúde pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil. E-mail: allandobu@gmail.com; 3- Graduanda do Curso de Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Cabedelo, Brasil. E-mail: gabriela_raulino@hotmail.com; 4- Docente do Programa de Pós-Graduação em Modelos de Decisão e Saúde pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil. E-mail: katiaribeiro.ufpb@gmail.com

Resumo: A educação especial na perspectiva inclusiva visa à inserção de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida em escolares regulares dentro de classes comuns. No entanto, as escolas precisam estar aptas ou se readaptarem também estruturalmente para oferecer uma educação de qualidade para seus alunos de forma inclusiva. O objetivo desta pesquisa é apresentar o número de matrículas de alunos com deficiência física em escolas regulares (classes comuns) e sua variação percentual ao longo dos anos no Brasil e expor o percentual e a variação percentual de adequação física das escolas de ensino regular do Brasil. Trata-se de um estudo exploratório, retrospectivo e de abordagem quantitativa, utilizando documentos e dados do Censo Escolar entre os anos de 2014 a 2017. O maior percentual de matrículas do público escolhido em relação ao quantitativo geral foi o ano de 2014 (13,8%) e que a variação percentual das matrículas de pessoas com deficiência física relacionada ao quantitativo geral de matrículas na educação especial apresentou-se negativamente ao longo dos anos (-2,90%, -4,59% e -9,42%); em relação à adequação dos banheiros, vias e dependências o Ensino Médio alcançou o maior percentual de adequação em todos os anos, no entanto, quando averiguado a variação percentual quem obteve maior destaque de 2014 a 2017 foi a Educação Infantil. Diante do exposto, podemos concluir que o número de matrícula de alunos com deficiência física no ensino regular vem diminuindo discretamente e que a adequação da estrutura física das escolas é um fator de relevância para inclusão deste público nas escolas.

Palavras-Chave: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Pessoas com Deficiência, Educação Especial, Infraestrutura Escolar.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (1988) descreve a educação como um direito de todos sob encargo do Estado e família, incentivada e promovida juntamente com a sociedade, favorecendo ao desenvolvimento pessoal, preparo para exercer a cidadania e qualificação para exercer seu trabalho, sendo baseada em alguns princípios, tais como, equivalência nas condições de acesso, permanência na escola e garantia do parâmetro de qualidade. Podemos observar ainda em seu Capítulo III, Seção 1, Artigo 208, Parágrafo V que o dever do Estado se destina também a uma educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Sob esta óptica, a Lei nº 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, descreve a educação especial como uma categoria de educação escolar para os



educandos que possuem algum tipo de deficiência, devendo haver, quando necessário, serviços de apoio especializado para suprir as particularidades deste público (BRASIL, 1996). Podemos citar ainda a Lei nº 10.172/2001 que aprovou o Plano Nacional da Educação (PNE), onde suas metas educacionais para as pessoas com deficiência vislumbravam o desenvolvimento e ampliação da oferta de atendimento em todas as etapas da educação (BRASIL, 2001a).

Por muito tempo, os alunos com algum tipo de deficiência eram ~~apenas~~ atendidos separadamente ou simplesmente se tornavam excluídos do processo educativo por não se apresentarem nos padrões considerados normais para adentrar este mundo. Por sua vez, a educação especial favoreceu a este público, no entanto, era desenvolvida de forma longínqua em relação à organização e provisão de serviços educacionais. Diante de tais fatores, uma nova perspectiva vem sendo estruturada na modalidade da educação especial no intuito de responsabilizar os sistemas de ensino em romper com o desafio de mudanças para se encontrarem em condições de atender com qualidade à diversidade dos alunos, sendo esta a educação inclusiva (BRASIL, 2001b).

A educação inclusiva se refere a um modelo educacional pautado na ideia de direitos humanos conciliados entre a igualdade e a diferença, sendo um movimento que conta com a ação política, cultural, social e pedagógica, visando o direito de participação de todos os estudantes sem nenhum tipo de discriminação. O ato de reconhecer as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino salienta a necessidade de colocar em cheque as práticas discriminatórias, visando à criação de caminhos para superá-las de forma inclusiva (BRASIL, 2015).

Em se tratando da educação inclusiva para alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida, fica assegurada a inclusão educacional e social através do Decreto nº 5.296/2004 que estabeleceu normas e critérios para estruturação e re(estruturação) dos espaços para promoção da acessibilidade deste público (BRASIL, 2004). No entanto, um dos pontos a serem observados e avaliados se refere à estrutura arquitetônica das escolas, a qual tem se tornado, muitas vezes, barreira para aqueles que fazem uso de cadeiras de rodas ou aparelhos de auxílio deambulatorio como órteses ou próteses (BRASIL, 2015).

Diante da relevância da adequação física das escolas de ensino regular para alunos da educação básica com deficiência física ou mobilidade reduzida, este trabalho possui como objetivos: (1) apresentar o panorama geral do número de matrículas de pessoas com deficiência física em escolas regulares – classes comuns – e sua variação percentual ao longo dos anos no Brasil; (2) e expor o percentual de adequação física das escolas de ensino regular

do Brasil, considerando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como sua variação percentual ao longo dos anos, sabendo que este último é um fator que auxilia a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório, retrospectivo e de abordagem quantitativa. O estudo foi realizado a partir de documentos e dados disponibilizados do Censo Escolar no endereço eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) voltado especificamente para a Educação Básica, referentes ao intervalo dos anos de 2014 a 2017.

O Censo Escolar é produzido anualmente pelo INEP, reconhecido como uma fonte completa de informações sobre a educação básica brasileira, servindo assim, como base para estruturação e avaliação de políticas públicas. É interessante ressaltar que o censo abrange diferentes etapas e modalidades da educação (Ensino Regular; Educação Especial; Educação de Jovens e Adultos; e Educação Profissional), contando com a divulgação de outros instrumentos que permitem aos pesquisadores e às instituições acadêmicas o desenvolvimento de suas pesquisas, tais como as Sinopses Estatísticas da Educação Básica e os Resumos Técnicos do Censo Escolar.

A Sinopse Estatística da Educação Básica elaborada pela Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED) traz em um único documento as principais informações coletadas no Censo Escolar em suas diferentes modalidades, permitindo um olhar ampliado dos dados sobre a atual situação da educação básica do país de forma organizada e sólida ao longo dos anos através de tabelas que apresentam a distribuição de matrículas, docentes, escolas e turmas em todos os municípios brasileiros.

Já as Notas Estatísticas do Censo Escolar é um instrumento que possui o objetivo de divulgação inicial dos resultados completos do Censo da Educação Básica referentes ao número de escolas, matrículas e docentes segundo cada modalidade educativa, além de considerar outras características das escolas como equipamentos, infraestrutura (característica evidenciada no presente estudo), espaços de aprendizagem, entre outros.

Para responder ao primeiro objetivo foram utilizados os dados disponíveis nas Sinopses Estatísticas dos anos determinados na pesquisa (2014, 2015, 2016 e 2017) referentes ao número de matrículas com deficiência física na Educação Especial em Classes Comuns (Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos), sendo realizado o percentual que este

público perfazia em relação ao quantitativo geral de matrículas nesta mesma modalidade e verificação deste índice ao longo dos anos através da variação percentual, sendo esta última calculada, por exemplo, no período de 2014 a 2017 através:

$$\text{Variação Percentual} = [(percentual \text{ de matrículas de } 2014 - percentual \text{ de matrículas de } 2017) / percentual \text{ de matrículas de } 2014] \times 100$$

Em relação ao segundo objetivo, será elaborado através das Notas Estatísticas do mesmo período no intuito de verificar a adequação dos banheiros, vias e dependências dentro das creches e escolas que oferecem a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio no Brasil e seu percentual de variação (calculado da mesma forma anterior), sendo este um fator que pode auxiliar como barreira ou facilitador para alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida.

Os dados coletados foram tabulados e analisados no software R, sendo este de licença livre para uso.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva assume uma ressignificação do processo educacional, pois leva em consideração a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos pautados em uma prática educativa dialogada com respeito pela diversidade e pela especificidade dos indivíduos, onde a adequação deve partir dos sistemas educacionais e seu composto, e não da adequação dos alunos que possuem algum tipo de limitação seja ela a deficiência física e/ou mobilidade reduzida, o transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (SILVA; CARVALHO, 2017).

É bem verdade que a Educação Inclusiva visa à integração das pessoas com deficiência nas classes comuns de ensino regular, no entanto, está longe de ser uma doutrina em que há uma imposição de matrícula e permanência de alunos em estruturas escolares que não assegurem as condições necessárias ao aprendizado destas pessoas, como uma boa estrutura física e recursos especiais disponíveis para o aprendizado. Pensando neste sentido, a Educação Inclusiva propõe condições reais para que haja não apenas o acesso, mas a permanência e o êxito de uma educação com qualidade para aqueles que possuem suas diferenças (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011).

Observando as Sinopses Estatísticas da Educação Básica dos anos de 2014 a 2017 referentes ao número de matrículas de alunos com deficiência física na Educação Especial em Classes Comuns e considerando o Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA),

é perceptível que do total geral de matrículas nesta categoria – que considera todos os tipos de deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação – os alunos com deficiência física perfizeram nos anos 2014, 2015, 2016 e 2017, um total de 13,8%, 13,4%, 13,1% e 12,5%, respectivamente. A Tabela 1 que segue adiante apresenta as informações descritas anteriormente, observe:

Tabela 1: Número e seu respectivo percentual de matrículas na Educação Especial em Classes Comuns (Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos) de alunos com Deficiência Física ao longo dos anos.

ANO DO CENSO ESCOLAR	TOTAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CLASSES COMUNS	TOTAL DE MATRÍCULAS - DEFICIÊNCIA FÍSICA	
		n	%
2014	698.768	96.472	13,8
2015	750.983	100.254	13,4
2016	796.486	104.332	13,1
2017	896.809	111.723	12,5

Fonte: Elaboração Própria segundo dados disponibilizados pelas Sinopses Estatísticas da Educação Básica dos anos 2014 - 2017.

Nota: Não inclui matrículas em turmas de Atendimento Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Embora este percentual de alunos com deficiência física represente um quantitativo pequeno de matrículas na Educação Básica, as escolas precisam sofrer alterações para se tornarem inclusivas para todos os públicos, sem distinção, inclusive aos alunos com deficiência física, envolvendo nestas alterações os aspectos sociais de maneira ampla com condição e amplitude de educação (PEREIRA; ALBUQUERQUE, 2017).

Ainda utilizando estas informações podemos verificar a variação percentual do número de matrículas deste público durante este período de tempo em relação à proporção geral de alunos matriculados com outros tipos de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Através da Tabela 2 podemos constatar que a variação percentual em relação ao geral de matrículas vem diminuindo discretamente quando comparamos anualmente, como pode ser visto entre 2014 e 2015 houve uma diminuição de 2,9% nas matrículas e entre 2016 e 2017 com diminuição de 4,5%. No entanto, ao comparar com um período de tempo maior (2014 a 2017) verificamos que este percentual se torna mais preocupante alcançando um percentual de diminuição de 9,42%.

Tabela 2: Variação do número de matrículas na Educação Especial em Classes Comuns (Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos) de alunos com Deficiência Física ao longo dos anos.

INTERVALO DE ANOS DO CENSO ESCOLAR	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS - DEFICIÊNCIA FÍSICA	VARIAÇÃO PERCENTUAL (%)
2014 - 2015	96.472 - 100.254	-2,90
2016 - 2017	104.332 - 111.723	-4,59
2014 - 2017	96.472 - 111.723	-9,42

Fonte: Elaboração Própria segundo dados disponibilizados pelas Sinopses Estatísticas da Educação Básica dos anos 2014 - 2017.

Nota: Não inclui matrículas em turmas de Atendimento Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Esta diminuição no percentual de variação reforça a necessidade de uma investigação, averiguando a existência ou não de um fator desencadeador no qual esteja agindo como uma barreira da inclusão desses alunos nas escolas de ensino regular. Após a averiguação sugere-se a criação de novas estratégias que favoreçam ao aumento anual do número de matrículas de alunos com deficiência física em escolas de ensino regular e classes comuns (PEREIRA; ALBUQUERQUE, 2017).

Com a utilização das informações colhidas nas Notas Estatísticas do Censo Escolar (2014 a 2017) referentes à adequação dos banheiros em escolas de ensino regular no Brasil nas três categorias de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, podemos observar que durante este tempo o ano 2017 apresentou o maior percentual de banheiros adequados, exceto o Ensino Fundamental que apresentou o ano de 2016 com um maior percentual de adequação, como pode ser visto na Tabela 3. Ainda nesta mesma tabela, observamos que o grau de oferecimento estudantil que apresentou maior percentual de adequação ao longo dos anos foi o ensino médio com 50,4%, 54,4%, 58% e 62,2% na ordem anual pré-determinada.

Tabela 3: Percentual de escolas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio que possuem banheiros adequados para alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida.

ANO DO CENSO ESCOLAR	GRAU DE OFERECIMENTO ESTUDANTIL	BANHEIROS ADEQUADOS (%)
2014	Educação Infantil*	23,3

	Ensino Fundamental**	33,5
	Ensino Médio	50,4
2015	Educação Infantil	26,6
	Ensino Fundamental	37,8
	Ensino Médio	54,4
2016	Educação Infantil	29,5
	Ensino Fundamental	40,5
	Ensino Médio	58
2017	Educação Infantil	32,1
	Ensino Fundamental	39,9
	Ensino Médio	62,2

Fonte: Elaboração Própria segundo dados disponibilizados pelas Notas Estatísticas do Censo Escolar (2014 - 2017).

*Conta com Creches e Pré-Escola

**Conta com anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental

A infraestrutura escolar pode ser considerada uma variável que pode ser utilizada na verificação da qualidade da educação, onde uma boa qualidade na infraestrutura pode, possivelmente, melhorar o desempenho dos alunos. No Brasil, esta variável é considerada um fator relevante devido à variação dos recursos utilizados na escola, redes de ensino e a localização geográfica (SÁ; WERLE, 2017).

Portanto, vemos os alunos que não possuem deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação necessitam de um espaço físico adequado para que possam receber uma educação de qualidade e inclusiva para estes. Então nos indagamos: e os que possuem as características supracitadas? A adequação dos banheiros para aqueles que possuem deficiência física e/ou mobilidade reduzida pode ser considerada como uma característica básica para a inclusão destes em ambientes escolares.

Em relação à variação do nível de adequação dos banheiros ao longo do tempo podemos observar que em todos os intervalos de anos o maior percentual de crescimento no número de banheiros adequados foi na Educação Infantil com 14,16%, 8,41% e 37,76%, respectivamente. O intervalo de 2016 a 2017 apresentou o único coeficiente negativo que foi relacionado ao Ensino Fundamental indicando que houve uma diminuição na adequação dos banheiros neste período, ainda em relação a este grau estudantil, foi constatado que obteve o menor percentual de variação (19,10%), ou seja, durante três anos o número de escolas com banheiros adequados evoluiu neste percentual. Perceba as informações apresentadas neste parágrafo através da Tabela 4.

Tabela 4: Variação do número de escolas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio que apresentam adequação de banheiros para os alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida.

INTERVALO DE ANOS DO CENSO ESCOLAR	GRAU DE OFERECIMENTO ESTUDANTIL	VARIAÇÃO PERCENTUAL* (%)
2014 - 2015	Educação Infantil	14,16
	Ensino Fundamental	12,84
	Ensino Médio	7,94
2016 - 2017	Educação Infantil	8,81
	Ensino Fundamental	-1,48
	Ensino Médio	7,24
2014 - 2017	Educação Infantil	37,76
	Ensino Fundamental	19,10
	Ensino Médio	23,41

Fonte: Elaboração Própria segundo dados disponibilizados pelas Notas Estatísticas do Censo Escolar (2014 - 2017).

*A Variação Percentual calculada se refere à adequação dos banheiros das escolas de ensino regular.

Com vistas ainda à adequação da estrutura física das escolas, foram avaliadas questões relacionadas à adequação de vias e dependências para alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida das escolas regulares do Brasil ao longo dos anos. Assim como o Ensino Médio apresentou os maiores percentuais em banheiros adequados, nesta categoria também alcançou valores superiores, chegando até quase 50% das escolas adequadas para atender este público como mostra a Tabela 5.

Tabela 5: Percentual de escolas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio que possuem adequação de vias e dependências para alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida.

ANO DO CENSO ESCOLAR	GRAU DE OFERECIMENTO ESTUDANTIL	ADEQUAÇÃO DE VIAS E DEPENDÊNCIAS (%)
2014	Educação Infantil*	19,5
	Ensino Fundamental**	27,7
	Ensino Médio	41,6
2015	Educação Infantil	22
	Ensino Fundamental	30,5
	Ensino Médio	44,2
2016	Educação Infantil	24
	Ensino Fundamental	32,3
	Ensino Médio	46,7
2017	Educação Infantil	25,6
	Ensino Fundamental	29,8
	Ensino Médio	46,7

Fonte: Elaboração Própria segundo dados disponibilizados pelas Notas Estatísticas do Censo Escolar (2014 - 2017).

**Conta com Creches e Pré-Escola*

***Conta com anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental*

Embora o maior percentual de adequação de vias e dependências seja em relação ao Ensino Médio, através da Tabela 6 conseguimos visualizar que é a Educação Infantil que vem apresentando destaque relacionado ao crescimento do número de escolas que apresentam este tipo de adequação, com aumento de 31,28% entre os anos de 2014 a 2017. Vale ainda ressaltar que no período entre 2016 e 2017 o Ensino Médio não apresentou nenhuma variação neste período, indicando que não houveram escolas estruturadas ou adaptadas para atender este público.

Tabela 6: Variação do número de escolas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio que apresentam adequação de vias e dependências para os alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida.

INTERVALO DE ANOS DO CENSO ESCOLAR	GRAU DE OFERECIMENTO ESTUDANTIL	VARIAÇÃO PERCENTUAL* (%)
2014 – 2015	Educação Infantil*	12,82
	Ensino Fundamental**	10,11
	Ensino Médio	6,25
2016 – 2017	Educação Infantil	6,67
	Ensino Fundamental	-7,74
	Ensino Médio	0
2014 – 2017	Educação Infantil	31,28
	Ensino Fundamental	7,58
	Ensino Médio	12,26

Fonte: Elaboração Própria segundo dados disponibilizados pelas Notas Estatísticas do Censo Escolar (2014 - 2017).

**Conta com Creches e Pré-Escola*

***Conta com anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental*

No que se refere especificamente aos alunos que possuem deficiência física e/ou da mobilidade reduzida, cabe ressaltar que a literatura lista uma série de fatores que podem interferir na inclusão destes alunos em escolas, dentre eles as condições de acessibilidade das escolas que não podem ser ignoradas visto que podem contribuir positivamente ou negativamente para a inclusão deste público nas escolas regulares de classes comuns, sendo este um fator essencial para a independência do aluno e a qualidade na prestação da educação (GARCIA; BACARIN; LEONARDO, 2018).

4 CONCLUSÃO

O resultado do Censo Escolar realizado anualmente pelo INEP constitui-se como um arsenal de informações que podem ser utilizadas por todos aqueles que possuem interesse no reconhecimento do panorama educacional brasileiro seja voltado para a educação básica, ensino superior e/ou a educação especial, contando com instrumentos que facilitam sua leitura, tais como as Sinopses Estatísticas e Resumos Técnicos.

Voltando a atenção para educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil, percebemos que o número de matrículas na educação especial em classes comuns vem crescendo discretamente, no entanto, quando verificada a variação percentual em relação ao quantitativo geral de matrículas de alunos com deficiência física percebemos que do ano de 2014 para 2017 vem apresentando uma diminuição, chamando a atenção para que pesquisas venham ser desenvolvidas no intuito de averiguar os fatores que contribuem para esta diminuição.

Em relação à adequação dos banheiros, vias e dependências de escolas brasileiras que oferecem educação infantil, ensino fundamental e médio, constatou-se que o ensino médio é o grau estudantil que se destaca em percentual de adequação, entretanto, quando calculada a variação percentual a educação infantil vem apresentando um maior crescimento anual, embora isto, o número de creches e escolas adaptadas é considerado baixo nessa fase inicial do ensino.

Diante dos resultados, fica evidenciada a necessidade de que as escolas de ensino regular devem estar aptas para receber os alunos deficiência física e/ou mobilidade reduzida, contribuindo assim para a educação inclusiva voltada para público. Podemos ressaltar ainda a importância do desenvolvimento de novos estudos que contribuam para o aumento das escolas com estrutura físicas adequadas, favorecendo assim ao crescimento de matrículas destes em classes comuns.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 03 dez 2004.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

BRASIL. Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jan 2001a.

BRASIL. Lei nº 9.934 de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as bases e diretrizes da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 20 dez 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **A Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001b.**

BRASIL. Ministério da Educação. Nota técnica Conjunta nº 02/2015/MEC/SECADI – SEB/DICEI. Orientações para organização e oferta do atendimento educacional especializado na educação infantil. Brasília: Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2015.

DAMACENA, A. M.; LUZ, L.L.; MATTOS, I.E. Rastreamento do câncer do colo do útero em Teresina, Piauí: estudo avaliativo dos dados do Sistema de Informação do Câncer do Colo do Útero, 2006-2013. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 71-80, 2017.

GARCIA, R.A.B.; BACARIN, A.P.S.; LEONARDO, N.S.T. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, n. spe, p. 33-40, 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília: Inep, 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2014**. Brasília: Inep, 2015.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Notas Estatísticas: Censo da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Notas Estatísticas: Censo da Educação Superior 2014**. Brasília: Inep, 2014.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Notas Estatísticas: Censo da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2015.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Notas Estatísticas: Censo da Educação Superior 2017**. Brasília: Inep, 2017.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saude soc.**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011.

PEREIRA, C.E.C.; ALBUQUERQUE, C.M.P. A inclusão das pessoas com deficiência: panorama inclusivo no ensino superior no Brasil e em Portugal. **Educ. rev.**, Curitiba, n. spe.3, p. 27-41, 2017.

SA, J.S.; WERLE, F.O.C. Infraestrutura escolar e espaço físico em educação: o estado da arte. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, n. 164, p. 386-413, 2017.

SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 23, n. 2, p. 293-308, June 2017.